



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

**Título:** *Advocacy: O Poder da Consciência Energética*

### **PREÂMBULO**

Ao longo da história, as grandes transformações energéticas da sociedade nunca ocorreram de forma espontânea ou apenas por avanço tecnológico. Elas foram resultado de políticas públicas estruturadas, capazes de orientar investimentos, definir prioridades e reorganizar sistemas produtivos e sociais. Da eletrificação das cidades à expansão das redes de transporte e à universalização do acesso à energia, todas essas mudanças exigiram ação do Estado, planejamento de longo prazo e decisões políticas que romperam com modelos anteriores.

As políticas públicas são o eixo estruturante desse pilar. Cabe aos governos criar um ambiente favorável à transição energética por meio de marcos regulatórios claros, previsíveis e alinhados com metas climáticas de longo prazo. Isso inclui políticas de incentivo às energias renováveis, programas de eficiência energética, estímulo à eletrificação, apoio à inovação, financiamento verde, compras públicas sustentáveis e instrumentos econômicos como precificação de carbono. Sem políticas públicas consistentes, a transição fica lenta, fragmentada e vulnerável a retrocessos.

No entanto, políticas públicas não surgem no vazio. Elas são, em grande medida, fruto do clamor da sociedade por mudança, da percepção coletiva de que o modelo vigente já não responde às necessidades econômicas, sociais ou ambientais do seu tempo. Esse clamor só se materializa quando a população compreende o problema, reconhece seus impactos e passa a exigir soluções. Sem pressão social, mesmo as melhores propostas técnicas tendem a permanecer restritas ao debate acadêmico ou institucional.

É na pressão social organizada, debate público qualificado e construção de consensos, que se dá o papel do advocacy. O advocacy energético e climático atua para colocar a transição energética no centro da agenda pública, influenciar tomadores de decisão, combater desinformação e garantir que interesses de longo prazo da sociedade prevaleçam sobre visões de curto prazo. É o advocacy que transforma conhecimento técnico em ação política concreta.

Por isso que a educação energética ocupa um papel central na transição energética. Ao promover a compreensão sobre como a energia é produzida, consumida e como afeta o clima, a economia e a qualidade de vida, a educação energética transforma informação em consciência e consciência em ação. Uma sociedade informada é capaz de apoiar, cobrar e sustentar políticas públicas ambiciosas, garantindo que a transição energética não seja apenas uma decisão de governo, mas um projeto coletivo de sociedade, construído de baixo para cima e mantido ao longo do tempo.



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

A educação energética é fundamental para sustentar a transição no tempo. Uma sociedade que não entende como a energia é produzida e consumida tende a resistir às mudanças ou a aceitá-las de forma superficial. Educação energética significa capacitar cidadãos, gestores públicos, empresas e comunidades para compreenderem os impactos ambientais, econômicos e sociais do uso da energia, permitindo escolhas mais conscientes e apoio duradouro às políticas de transição.

A educação energética também é a base das mudanças comportamentais, outro elemento central desse pilar. A transição energética não acontece apenas em grandes usinas ou indústrias; ela acontece nas escolhas diárias das pessoas, nas casas, no transporte, no consumo e na relação com o desperdício. Políticas públicas bem desenhadas, aliadas à educação e ao advocacy, ajudam a induzir novos comportamentos, como o uso racional da energia, a adoção de tecnologias mais eficientes, a preferência por transporte coletivo ou eletrificado e a valorização da energia limpa.

Essas mudanças comportamentais não devem ser vistas como imposições, mas como parte de um processo de empoderamento social. Quando a população entende os benefícios da transição energética — menos poluição, menor custo no longo prazo, mais segurança energética e melhor qualidade de vida — a resistência diminui e o engajamento aumenta. A transição deixa de ser um projeto técnico e passa a ser um projeto coletivo de sociedade.

Outro aspecto essencial desse pilar é a governança da transição energética. A coordenação entre diferentes níveis de governo, setores econômicos, sociedade civil, academia e comunidades locais é indispensável para evitar soluções fragmentadas e conflitos sociais. Uma boa governança garante que a transição seja planejada, inclusiva e adaptada às realidades regionais, respeitando territórios, culturas e vocações locais.

Dessa forma, ao incluir políticas públicas, advocacy, educação energética e mudanças comportamentais como um pilar da transição energética, reconhece-se que tecnologia sozinha não muda sistemas. O que muda sistemas são decisões, pessoas, instituições e cultura. Esse pilar é o elo que conecta conhecimento técnico à ação concreta, garantindo que os demais pilares avancem de forma coordenada, justa e duradoura.

### **Educação Energética**

A educação energética é fundamental porque a energia, apesar de estar em tudo, é invisível para a maioria das pessoas. A luz acende, o transporte funciona, a conta chega — mas raramente se compreende de onde vem a energia, quem paga a conta real, quais impactos ela causa e quem se beneficia ou é prejudicado pelo modelo energético vigente. Essa invisibilidade cria alienação. E uma sociedade alienada energeticamente dificilmente apoia mudanças estruturais, mesmo quando elas são necessárias para o clima, a economia e a qualidade de vida.



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

A educação energética começa, necessariamente, pela compreensão do maior desafio já enfrentado pela humanidade: as mudanças climáticas. O aquecimento global não é um problema distante, abstrato ou restrito a cientistas e governos; ele já afeta a vida das pessoas por meio de eventos extremos, insegurança alimentar, crises hídricas, impactos na saúde e aumento das desigualdades. Compreender a origem desse problema — fortemente ligada ao uso intensivo de combustíveis fósseis — é o primeiro passo para qualquer resposta coletiva eficaz.

Diante desse desafio, a transição energética se apresenta como a mais poderosa ferramenta que a humanidade possui para combater o aquecimento global. Ao substituir fontes poluentes por energias limpas, aumentar a eficiência, eletrificar a sociedade e reduzir emissões, a transição energética ataca diretamente a principal causa das mudanças climáticas. No entanto, essa transformação não pode ser conduzida apenas por governos ou especialistas; ela exige o engajamento ativo de toda a sociedade, pois envolve escolhas de consumo, comportamento, mobilidade, moradia e prioridades de desenvolvimento.

É exatamente por isso que a educação energética é tão importante. Ela permite que a população compreenda o problema climático, reconheça o papel central da energia nessa crise e entenda como pode participar da solução. Uma sociedade educada energeticamente deixa de ser espectadora do aquecimento global e passa a ser protagonista da transição, apoiando políticas públicas, adotando novos comportamentos e cobrando decisões responsáveis. A educação energética transforma conhecimento em consciência, consciência em ação e ação em impacto coletivo, tornando possível que cada cidadão contribua, de forma direta ou indireta, para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Quando a educação energética entra em cena, ela rompe esse véu. Ela conecta o cotidiano — a conta de luz, o gás, o transporte, o conforto térmico da casa — com temas maiores, como mudanças climáticas, justiça social, saúde pública e desenvolvimento econômico. A energia deixa de ser apenas um serviço e passa a ser entendida como recurso estratégico e bem coletivo. Esse entendimento é o primeiro passo para qualquer transformação profunda, porque ninguém defende aquilo que não compreende.

Uma sociedade energeticamente educada desenvolve consciência crítica. Ela passa a perceber que escolhas individuais e coletivas têm consequências: no clima, no orçamento público, na dependência externa do país, na poluição das cidades. Essa consciência transforma o cidadão de consumidor passivo em ator político, capaz de questionar modelos, exigir transparência, apoiar políticas públicas e pressionar por decisões mais responsáveis. É aqui que a educação energética começa a gerar impacto sistêmico.

Além da consciência, a educação energética promove mudanças comportamentais reais. Não por imposição, mas por compreensão. Quando as pessoas entendem por que eficiência energética reduz custos e emissões, por que eletrificar é melhor do que queimar



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

combustível, ou por que renováveis trazem benefícios locais, os comportamentos mudam naturalmente. O uso racional da energia, a adoção de tecnologias mais eficientes, a preferência por transporte coletivo ou eletrificado e a redução do desperdício passam a fazer sentido — deixam de ser “sacrifício” e viram decisão inteligente.

As formas de promover a educação energética precisam ser amplas, contínuas e adaptadas à realidade da sociedade. Ela deve começar na escola, integrando o tema energia aos currículos de forma transversal, conectando ciência, geografia, economia e cidadania. Precisa avançar nas universidades, na formação técnica e profissional, preparando pessoas para os empregos da transição energética. Deve estar presente na comunicação pública, nos meios de comunicação, nas campanhas institucionais e nas políticas de informação ao consumidor. E precisa chegar às comunidades, aos territórios, dialogando com a realidade local, com linguagem acessível e exemplos do dia a dia.

Outro ponto central é que a educação energética sustenta políticas públicas no tempo. Governos mudam, ciclos políticos passam, mas uma sociedade consciente mantém a pressão por continuidade. Quando a população entende os benefícios da transição energética, ela defende programas de eficiência, incentivos às renováveis, eletrificação do transporte e investimentos estruturantes, mesmo diante de crises ou mudanças de governo. Educação energética, portanto, é também uma estratégia de estabilidade política da transição.

No contexto brasileiro — e especialmente no Nordeste — a educação energética tem um papel ainda mais transformador. Estamos falando de regiões com enorme potencial em energias renováveis, mas que historicamente ficaram à margem das decisões estratégicas. Educar sobre energia é também empoderar territórios, mostrar que a transição energética pode gerar desenvolvimento regional, empregos, renda e autonomia. É fazer a população se reconhecer como parte da solução, não apenas como beneficiária passiva.

### **Advocacy ou Engajamento Energético**

Uma vez estabelecida a educação energética e ampliada a consciência coletiva sobre as mudanças climáticas e o papel central da energia nesse desafio, surge naturalmente um novo estágio: a formação de pessoas engajadas na promoção da transição energética. Esse engajamento é o elo entre o conhecimento e a ação. É quando a informação deixa de ser apenas compreendida e passa a ser defendida, comunicada e transformada em posicionamento ativo na sociedade.

A consciência energética desperta o entendimento de que a transição não é apenas técnica, mas política, social e econômica. Pessoas conscientes percebem que decisões sobre matriz energética, mobilidade, eficiência, eletrificação e uso do território afetam diretamente suas vidas, suas comunidades e o futuro das próximas gerações. Esse entendimento gera senso



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

de responsabilidade e pertencimento, elementos fundamentais para o engajamento. O cidadão deixa de ser apenas consumidor de energia e passa a ser agente da mudança energética.

É nesse contexto que surge o advocacy pela transição energética. Advocacy é a atuação organizada e contínua de indivíduos e grupos para influenciar decisões públicas, políticas e institucionais em favor de uma causa. Isso acontece quando organizações da sociedade civil, universidades, associações setoriais ou movimentos sociais participam de audiências públicas, consultas regulatórias, conselhos e fóruns governamentais para defender leis, programas e metas ligadas à transição energética.

No caso da transição energética, o advocacy se manifesta na defesa de políticas públicas, na cobrança por metas climáticas mais ambiciosas, no apoio a projetos sustentáveis, no combate à desinformação e na promoção de narrativas positivas sobre energia limpa, eficiência e justiça climática. Defender metas de neutralidade climática, programas de eficiência energética, incentivos à energia solar distribuída ou à mobilidade elétrica são exemplos claros de advocacy institucional, feito com base técnica e diálogo com tomadores de decisão.

Outro exemplo muito relevante é a mobilização social e territorial. Quando comunidades se organizam para apoiar projetos de energia renovável, resistir a soluções poluentes ou exigir acesso justo à energia limpa, isso é advocacy na prática. Movimentos locais que defendem transporte público eletrificado, iluminação pública eficiente ou programas de eficiência energética em habitações populares mostram como o engajamento coletivo pode direcionar investimentos públicos e prioridades municipais.

A comunicação estratégica e combate à desinformação também são ações centrais de advocacy. Produzir conteúdos acessíveis, artigos, vídeos, campanhas educativas, debates públicos e ações nas redes sociais ajuda a formar opinião, esclarecer mitos e criar apoio social para a transição energética. Quando especialistas, lideranças comunitárias ou influenciadores explicam por que eletrificar é importante, por que renováveis não são “caras” ou porque eficiência reduz a conta de luz, estão fazendo advocacy ao moldar a narrativa pública.

O advocacy também acontece dentro do setor privado e das organizações. Profissionais e lideranças que defendem metas de descarbonização, uso de energia renovável, eficiência energética e critérios ESG dentro das empresas estão influenciando decisões estratégicas. Pressionar por compras de energia limpa, adoção de veículos elétricos na frota ou investimentos em inovação sustentável é uma forma poderosa de advocacy corporativo, que gera impacto real e rápido.

Outro exemplo importante são as ações de formação e capacitação, como cursos, oficinas, programas educacionais e treinamentos voltados a gestores públicos, professores, jornalistas, líderes comunitários e jovens. Formar multiplicadores de conhecimento é advocacy de longo prazo, pois cria uma base social preparada para defender a transição energética de forma contínua, qualificada e descentralizada.



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

Há ainda o advocacy exercido por meio de articulação em redes e coalizões. Quando diferentes atores — ONGs, empresas, universidades, sindicatos, movimentos sociais — se unem em plataformas comuns para defender pautas energéticas e climáticas, o impacto político cresce exponencialmente. Cartas abertas, manifestos, posicionamentos públicos conjuntos e campanhas coordenadas aumentam a pressão sobre governos e instituições e tornam a pauta impossível de ser ignorada.

O advocacy amplia o alcance da transição energética ao espalhar conhecimento e engajamento em rede. As ações de advocacy incluem dialogar, mobilizar, comunicar, pressionar, educar e articular. Elas transformam consciência em influência e influência em mudança concreta. A transição energética não avança apenas porque é tecnicamente correta, mas porque pessoas organizadas a defendem de forma consistente e estratégica.

Pessoas engajadas influenciam famílias, comunidades, empresas, escolas e territórios. A transição deixa de ser uma pauta restrita a especialistas e passa a integrar o debate público cotidiano. Esse efeito multiplicador é essencial para acelerar mudanças culturais e comportamentais, que dão sustentação às políticas públicas e aos investimentos necessários para suportar a transição energética.

### **Políticas Públicas Energéticas**

As políticas públicas são o principal eixo de transformação da transição energética porque é por meio delas que o Estado orienta, acelera e organiza mudanças em larga escala. A transição energética envolve infraestrutura, investimentos de longo prazo, mudança de hábitos, reorganização produtiva e impactos sociais relevantes. Nenhum desses elementos acontece de forma coordenada apenas pela ação individual ou pelo mercado. É a política pública que cria as regras do jogo, define prioridades e reduz riscos para que a transformação aconteça de maneira consistente e contínua.

Historicamente, todas as grandes transições energéticas foram conduzidas por políticas públicas. A eletrificação das cidades, a expansão das redes de transporte, o desenvolvimento da indústria de petróleo, a universalização do acesso à energia e até a consolidação das fontes renováveis modernas só ocorreram porque governos planejaram, regulamentaram, financiaram e criaram incentivos. A transição energética atual segue a mesma lógica: ela não é espontânea, é intencional. E essa intenção se materializa por meio de leis, planos, programas e investimentos públicos.

Um dos papéis centrais das políticas públicas é criar previsibilidade. A transição energética exige investimentos altos e de longo prazo em geração renovável, redes elétricas, transporte, indústria e inovação. Sem regras claras, metas definidas e estabilidade regulatória, o risco aumenta e os investimentos não acontecem na velocidade necessária. Políticas públicas



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

bem desenhadas reduzem incertezas, orientam o setor privado e permitem que capital, tecnologia e conhecimento fluam na direção correta.

As políticas públicas são o principal instrumento para direcionar, organizar e alavancar recursos financeiros, técnicos e humanos na transição energética. Elas funcionam como um sinal claro para toda a sociedade sobre onde investir, como investir e com que horizonte de tempo. Quando um governo define metas energéticas e climáticas, estabelece planos setoriais e cria marcos regulatórios, ele está, na prática, orientando o fluxo de bilhões em investimentos públicos e privados.

Um dos primeiros papéis das políticas públicas é reduzir riscos. A transição energética exige investimentos de longo prazo em geração renovável, redes elétricas, transporte, indústria e inovação. Sem regras claras, estabilidade regulatória e previsibilidade, o capital não se move na escala necessária. Políticas públicas bem estruturadas reduzem incertezas, criam segurança jurídica e tornam projetos viáveis, permitindo que bancos, fundos de investimento, empresas e organismos internacionais direcionem recursos com confiança.

As políticas públicas também atuam diretamente por meio do orçamento público. Investimentos em infraestrutura elétrica, transporte coletivo, eficiência energética em prédios públicos, pesquisa e desenvolvimento e capacitação profissional são exemplos de como o Estado aplica recursos de forma direta para destravar a transição. Além disso, o gasto público tem um efeito multiplicador: cada real investido pelo governo tende a atrair vários reais de investimento privado quando existe coordenação e planejamento.

Outro mecanismo central é o uso de instrumentos econômicos e financeiros criados pelas políticas públicas. Incentivos fiscais, subsídios temporários, financiamentos com juros reduzidos, garantias de crédito, fundos climáticos e compras públicas sustentáveis orientam o mercado para soluções de baixo carbono. Esses instrumentos não servem para substituir o mercado, mas para corrigir distorções ou falhas de mercado, acelerar tecnologias emergentes e permitir que soluções limpas alcancem escala e competitividade. O custo das mudanças climáticas, da poluição do ar e da degradação ambiental não aparece totalmente no preço da energia fóssil. Sem intervenção do Estado, o mercado tende a perpetuar modelos poluentes. Instrumentos como incentivos às renováveis, programas de eficiência energética, eletrificação do transporte, precificação de carbono e compras públicas sustentáveis alinham o interesse econômico com o interesse climático e social.

As políticas públicas também são responsáveis por realocar recursos dentro da economia. Ao revisar subsídios a combustíveis fósseis, estabelecer padrões de eficiência, criar metas de eletrificação e precificar externalidades ambientais, o Estado sinaliza que o capital deve migrar de atividades poluentes para atividades sustentáveis. Esse processo de realocação é essencial para evitar que recursos continuem presos a modelos energéticos incompatíveis com o futuro climático e econômico.



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

Além do dinheiro, as políticas públicas orientam recursos humanos e institucionais. Programas de formação profissional, requalificação de trabalhadores, fortalecimento de instituições públicas e apoio à inovação garantem que existam pessoas capacitadas para planejar, executar e fiscalizar a transição energética. Sem gente preparada, mesmo com dinheiro disponível, a transição emperra.

Outro aspecto fundamental é que políticas públicas permitem coordenação entre setores e níveis de governo. A transição energética envolve energia, transporte, indústria, cidades, uso do solo, educação e meio ambiente. Somente o Estado tem capacidade de articular essas agendas, evitando sobreposições, conflitos e desperdícios. Essa coordenação garante que os recursos sejam usados de forma eficiente, estratégica e alinhada com objetivos de longo prazo.

As políticas públicas também são essenciais para garantir que a transição energética seja justa e inclusiva. A mudança do sistema energético gera vencedores e perdedores, cria novas oportunidades, mas também exige adaptação. Cabe ao Estado promover capacitação profissional, proteger populações vulneráveis, apoiar regiões dependentes de atividades fósseis e ampliar o acesso à energia limpa e eficiente. Sem políticas públicas, a transição corre o risco de aprofundar desigualdades; com elas, pode se tornar vetor de desenvolvimento social e regional.

Além disso, as políticas públicas conectam a transição energética a outras agendas estratégicas, como desenvolvimento industrial, inovação tecnológica, saúde pública, mobilidade urbana, uso do solo e planejamento territorial. A energia deixa de ser um setor isolado e passa a ser elemento estruturante do projeto de país. Essa integração só é possível quando há coordenação governamental e visão sistêmica, algo que o mercado, sozinho, não consegue oferecer.

### **Conclusões**

A educação energética é o ponto de partida de qualquer transição energética bem-sucedida, porque é ela que permite à sociedade compreender o desafio das mudanças climáticas e reconhecer o papel central da energia nesse problema. Ao tornar visível aquilo que antes era invisível — a origem da energia, seus impactos e seus custos reais — a educação transforma informação em consciência. Uma sociedade consciente deixa de ser espectadora do aquecimento global e passa a entender que suas escolhas individuais e coletivas fazem parte da solução.

Essa consciência é o que dá origem ao engajamento social e, conseqüentemente, ao advocacy em favor da transição energética. Pessoas informadas passam a defender mudanças, influenciar debates, combater a desinformação e pressionar por decisões mais responsáveis. O



## PROGRAMA FAROL DO FUTURO CAPTURA DE CARBONO & ADVOCACY

advocacy é a ponte entre a consciência e a ação política: ele organiza demandas, amplia vozes e cria o ambiente social necessário para que transformações estruturais sejam possíveis e legitimadas democraticamente.

O advocacy só é possível porque existe educação e consciência prévias. Pessoas mal informadas dificilmente se engajam de forma consistente; pessoas conscientes, por outro lado, mobilizam, dialogam e pressionam. Elas participam de debates públicos, audiências, consultas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, setor produtivo e até da política institucional. Esse movimento cria o ambiente necessário para que governos tenham respaldo social para implementar mudanças estruturais, mesmo quando elas exigem decisões difíceis ou de longo prazo.

As políticas públicas, por sua vez, são o instrumento que transforma esse clamor social em realidade concreta. Elas organizam recursos, criam regras, reduzem riscos, orientam investimentos e garantem que a transição energética ocorra em escala, com justiça social e continuidade no tempo. Sem políticas públicas, a transição fica fragmentada e lenta; sem apoio social, elas não se sustentam. Elas organizam o esforço coletivo, reduzem riscos, promovem justiça social e garantem continuidade ao longo do tempo; e torna-se um processo coordenado, democrático e irreversível.

É importante destacar que políticas públicas não surgem apenas por decisão técnica. Elas são resultado de pressão social, advocacy e engajamento da sociedade, construídos a partir da educação energética e da consciência coletiva. Quando a população entende a urgência climática e os benefícios da transição, cria-se o ambiente político necessário para decisões corajosas e de longo prazo. Nesse sentido, políticas públicas são tanto causa quanto consequência do engajamento social.

A transição energética não é apenas um desafio tecnológico, mas um projeto coletivo de sociedade. Ela só se torna real quando conhecimento, engajamento e ação governamental caminham juntos.